Trabalho apresentado no 18º CBCENF

Título: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E SENSORIAL: ACESSIBILIDADE EM UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Relatoria: KAISY MARTINS DE ALBUQUERQUE MADRUGA

Autores: Tatiana Ferreira da Costa
Thayris Mariano de Medeiros
Raquel Janyne de Lima
Katia Nêyla de Freitas Macêdo Costa

Modalidade: Pôster

Área: Gestão, tecnologias e cuidado

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: As pessoas com deficiência têm limitações físicas e/ou sensoriais que estão intimamente relacionadas a problemas de acessibilidade. Nesse sentido, é preciso assegurar a esses sujeitos o exercício efetivo da cidadania e da convivência social, mediante o direito de liberdade e de autonomia para ir e vir. Objetivo: Analisar a acessibilidade de pessoas com deficiência física e/ou sensorial em Unidades de Saúde da Família. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória, com abordagem quantitativa, realizada em 90 prédios que compõem as unidades de saúde da família do município de João Pessoa - Paraíba. Os dados, que foram coletados entre os meses de março a maio de 2014, através de um instrumento estruturado elaborado a partir da Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, foram compilados e analisados com o auxílio do programa estatístico Statistical Package for the social sciences versão 20.0. Realizaram-se a análise descritiva dos dados e o teste de associação, considerando variável estatisticamente significativa quando $p<0,05$. Resultados: Os itens analisados que apresentaram associação estatisticamente significativa em relação à estrutura física no percurso casa/instituição de saúde foram: ausência de faixa de pedestre (85,6%); rebaixamento de meio fio em pontos estratégicos (65,6%); sinalização indicativa do percurso para a instituição (98,9%); semáforos munidos de dispositivo sonoro (100,0%); estacionamento privativo para pessoa com deficiência (97,8%); símbolo internacional de acesso em entradas e saídas (100,0%). No que se refere às áreas internas, os resultados mostraram que apenas 30,0% das rampas nas unidades têm inclinação máxima de modo a minimizar esforços da pessoa com deficiência; em 32,2%, o piso é antiderrapante, e em 2,2% o acabamento é diferenciando no início e no término da rampa para orientar as pessoas com deficiência visual. Concernente aos mobiliários e às instalações sanitárias, em 100,0% delas não existem textos com informações escritas em braile; 60,0% não têm sanitários adequados para pessoas com deficiência, e 92,2% não estão devidamente sinalizados pelo símbolo internacional de acesso. Conclusão: Urge a busca incansável para potencializar a acessibilidade para as pessoas com deficiência, pois reconhecer que as políticas públicas e as instituições não correspondem a essa necessidade emergente traz à tona a necessidade de reformular esse cuidado e de reorganizar os serviços de saúde.